

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Agricultura e  
Pescas

Deputado Pedro do Carmo

S. Bento, 10 de julho de 2023

**Assunto: Audição de S. Exa. a Ministra da Agricultura e da Alimentação, Dra. Maria do Céu Antunes, e do Exmo. Senhor Presidente do Conselho Diretivo do IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P., Dr. João Mateus sobre a muito baixa percentagem de execução do processo de candidaturas ao Pedido Único 2023**

Exmo. Sr. Presidente,

De acordo com um comunicado datado de 6 de julho p.p., e subscrito pelas quatro organizações de cúpula do setor agro em Portugal – AJAP, CAP, CNA e CONFAGRI o atual processo de candidaturas ao Pedido Único 2023, está a resultar numa muito baixa percentagem de execução.<sup>1</sup>

É do domínio público que o Ministério da Agricultura e da Alimentação decidiu prorrogar o prazo das candidaturas ao Pedido Único 2023, no âmbito do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum, até 31 de julho de 2023.<sup>2</sup>

É igualmente certo que está por candidatar, segundo o aludido comunicado subscrito por AJAP, CAP, CNA e CONFAGRI, 68% da área definida como meta no Plano Estratégico da Política Agrícola Comum, e que o número de agricultores que ainda não submeteram as suas candidaturas é superior a 40.000.

---

<sup>1</sup> Vide <https://ajap.pt/comunicado-conjunto-das-quatro-confederacoes-do-setor-agricola/>

<sup>2</sup> Vide <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/comunicado?i=candidaturas-ao-pedido-unico-2023-prolongadas-ate-31-de-julho>

Ora, estes atrasos são, como está bem de ver, suscetíveis de colocar em risco os pagamentos que são devidos em outubro aos agricultores portugueses, que estão, naturalmente, a contar com estes apoios para poderem manter a sua atividade normal.

Tal situação é ainda mais inadmissível e chocante se considerarmos que o Ministério da Agricultura e da Alimentação deve ser o principal pilar de apoio dos agricultores.

É imperativo que este Ministério, enquanto entidade governamental responsável por este setor de atividade, forneça as ferramentas e recursos necessários para garantir o sucesso e a sustentabilidade da agricultura.

Os agricultores são a espinha dorsal da nossa economia e da nossa segurança e soberania alimentar, e como tal, necessitam de um ministério que esteja ao seu lado, que compreenda as suas necessidades e desafios, e que trabalhe incansavelmente para criar políticas e programas que promovam o seu crescimento e desenvolvimento.

O Ministério da Agricultura e da Alimentação deve, pois, ser um aliado dos agricultores, garantindo que estes têm o apoio necessário para desenvolver a sua atividade, e contribuir, assim, para a prosperidade do nosso país.

A situação atual do processo de candidaturas ao Pedido Único 2023, que, como se disse acima, está a resultar numa muito baixa percentagem de execução, é extremamente preocupante e potencialmente prejudicial para os agricultores portugueses.

Estes agricultores dependem dos pagamentos que são devidos em outubro de 2023 para manterem a sua atividade normal.

Se estes pagamentos não forem efetuados devido a atrasos ou problemas no processo de candidatura, tal poderá ter consequências muito graves para a viabilidade das suas explorações agrícolas.

A agricultura é uma atividade essencial para a economia e a segurança alimentar do nosso país, e qualquer atraso nos pagamentos pode colocar em risco a subsistência de muitos agricultores e a produção de alimentos.

É, portanto, crucial que esta situação venha a ser resolvida o mais rapidamente possível, para garantir a continuidade e a estabilidade do setor agrícola em Portugal.

É por estes motivos acima elencados, e com este contexto, que o Partido Chega entende que a Senhora Ministra da Agricultura e da Alimentação, Dra. Maria do Céu Antunes, deve comparecer perante esta Comissão, a fim de prestar os esclarecimentos que se afigurem oportunos sobre as preocupações acima referidas, manifestadas pelas organizações de cúpula do setor agro em Portugal – AJAP, CAP, CNA e CONFAGRI – em relação ao atual processo de candidaturas ao Pedido Único 2023.

Considera o Partido Chega que esta situação merece a devida atenção e esclarecimentos por parte da Ministra da Senhora Agricultura e da Alimentação, de modo a garantir a transparência e o bom funcionamento do setor agrícola em Portugal.

Pelas mesmas razões, e com o mesmo objetivo, deverá comparecer perante esta Comissão o Exmo. Senhor Presidente do Conselho Diretivo do IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P., Dr. João Mateus, posto que se trata da entidade à qual se encontra cometida a missão de assegurar o funcionamento dos sistemas de apoio e de ajudas diretas nacionais e comunitárias.

Entre outros aspetos, será necessário, designadamente, mas sem limitar, apurar quais as causas concretas que conduziram à necessidade de se proceder ao alargamento do prazo de candidaturas, quantas candidaturas foram até ao presente momento apresentadas, e quantas foram validadas, bem como se os agricultores portugueses, em virtude dos atrasos verificados nas candidaturas existentes, correm o risco de ficar excluídos, sem culpa, das ajudas em causa, o que, a acontecer, implicará a assunção das inerentes responsabilidades políticas.

*Nestes termos, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, e, em especial, do art. 104.º do Regimento da Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do Partido Chega vem requerer a audição de S. Exa. a Ministra da Agricultura e da Alimentação, Dra. Maria do Céu Antunes, e, bem assim, do Exmo. Senhor Presidente do Conselho Diretivo do IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P., Dr.*

*João Mateus, sobre a muito baixa percentagem de execução do processo de candidaturas ao Pedido Único 2023, a fim de garantir que todas as partes interessadas estejam devidamente informadas sobre o processo e as medidas que estão a ser tomadas para resolver quaisquer problemas identificados.*

O Deputado do Grupo Parlamentar do Chega,

Pedro dos Santos Frazão